



**Governo do Estado de São Paulo
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo
Conselho Fiscal**

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 271.00000618/2024-83

Interessado: Conselho Fiscal

Assunto: 162ª Reunião Ordinária

ATA DA 162ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 30 (trinta) dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, às 9:30, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM, no formato híbrido. Participação presencial do Conselheiro Titular José Roberto de Moraes e do Conselheiro Suplente Fernando Zanelli e, de forma virtual, os conselheiros Paulo Rafael Minetto Maceta, Presidente do Conselho, André Arcas de Souza e Leonardo José Mattos Sultani, membros titulares; e Douglas Schiavoni Froemming e Filipe Camargo Barwick, membros suplentes. Pela Fundação participaram presencialmente Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron, Diretora Administrativa, Francislene Nascimento, Diretora de Investimentos, Sra. Tatiana Nunes Simões, da Gerência de Contabilidade, Sr. Wânnius Ardenghy Nazário, Auditor Interno e a Sra. Renata Simões de Souza, responsável pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade. O Presidente do Conselho realizou a abertura dos trabalhos, e como primeiro item da pauta, submeteu à apreciação do colegiado, a ata da 161ª Reunião Ordinária do colegiado, a qual foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas. Para apresentar o item 2 da pauta, convidou a Diretora de Investimentos, Sra. Francislene, que antes de iniciar a apresentação do relatório mensal de investimentos, comentou sobre a obtenção do Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos concedido pela Abrapp. A Sra. Francislene ressaltou que a obtenção do Selo de Governança de Investimentos representa um trabalho conjunto, que envolveu não apenas a Diretoria de Investimentos, mas também a Diretoria Executiva, o Conselho Deliberativo e este Conselho Fiscal, tendo em vista que todos contribuíram de forma significativa para o alcance desse resultado. Registrhou que, para atingir tal objetivo, foram promovidas alterações nos regimentos internos da Fundação, abrangendo o Conselho Fiscal, o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e o Comitê de Investimentos, em conformidade com as recomendações apresentadas pela Abrapp. Destacou, ainda, que o conjunto dessas adequações e aprimoramentos culminou na concessão do referido selo. Ressaltou-se, entretanto, que a outorga ainda não é oficial, razão pela qual não é possível proceder à sua divulgação pública neste momento. Por fim, considerando o papel central deste Conselho Fiscal no processo, ficou consignada a importância de que, oportunamente, o tema seja devidamente divulgado, com o devido reconhecimento ao esforço conjunto das instâncias envolvidas. O Presidente Paulo parabenizou a Diretora de investimentos e toda a equipe envolvida pela conquista, destacando a relevância do reconhecimento obtido. Ressaltou que a conquista representa um importante atestado de confiança na governança de investimentos da Fundação, área considerada uma das mais relevantes no âmbito da Prevcom. Dando sequência, a Sra. Francis apresentou o relatório mensal, posição agosto/2025, detalhando a evolução patrimonial que atingiu R\$ 4,448 bilhões e a captação líquida no mês de R\$ 44,80

milhões. Comentou que a distribuição dos ativos por Plano, permanece concentrada nos Planos RG UNIS, RG e RP que representam 95,20% do patrimônio e 4,80% os demais planos. A Diretora continuou a apresentação, demonstrando as alocações do patrimônio por indexadores e por classe de ativos, destacando que houve compras de títulos públicos o que resultou em um equilíbrio, mas segue com percentual de inflação e de DI elevados. Em sequência, demonstrou o patrimônio por fundo em cada segmento de renda fixa, renda variável, exterior, imobiliário, estruturado FIP e empréstimo mútuo, por gestor, indexador, pelo valor do patrimônio e pelo percentual correspondente. Segundo, apresentou o resultado acumulado no mês de agosto/2025, informando que a carteira rendeu 0,99% (para a meta de 0,26%), impulsionada pela recuperação dos mercados internacionais e pela expectativa de antecipação do ciclo de queda de juros no Brasil. Complementou que todos os planos atingiram suas metas nos curto e longo prazos, quando a deflação favoreceu o bom desempenho da carteira. Na sequência demonstrou a performance individual por plano e a rentabilidade acumulada versus a meta, tanto na posição no ano, quanto em 12, 24 e 36 meses. Sobre o PGA, apresentou a rentabilidade do mês (agosto), e desde o início da medição com a criação do plano que atingiu 271,04%, superando em 108% o alvo de 250,18%, bem acima do DI acumulado no mesmo período 211,87%. No mês, apresentou rentabilidade de 1,11% e, no acumulado do ano, 8,89%, acompanhando o ritmo dos planos de benefícios. Finalizou demonstrando o quadro comparativo de rentabilidade entre as 138 EFPC, as principais movimentações do mês de agosto/25 e os resgates de participantes, por plano. Foi apresentado o panorama atual dos investimentos, destacando-se a existência de 37 fundos com desempenhos distintos, distribuídos entre 20 gestores. A Diretora detalhou, ainda, o processo de aquisição de NTN-Bs, dados os ajustes normativos e de resoluções, que permitiu a marcação dos títulos pela curva, reduzindo a volatilidade contábil. Esclareceu que todos os ajustes necessários foram realizados nos documentos internos, tais como as políticas de investimentos, e que as aquisições seguiram os parâmetros aprovados. A Diretora explicou que os recursos utilizados para as compras foram oriundos, em parte, da arrecadação e, em parte, de resgates de fundos de gestão passiva e de fundos IMA-B, optando-se por realocar recursos de estratégias que apresentavam maior volatilidade ou performance inferior ao DI. Justificou que a opção por títulos públicos com marcação na curva e gestão ativa se deu pela busca de maior estabilidade e melhor aderência ao cenário de juros projetado. Concluindo sua exposição, a Diretora Francis colocou-se à disposição para esclarecimentos. O Presidente Paulo manifestou-se afirmando que as informações estavam claras e parabenizou a Diretora Francislene e a equipe pelos resultados alcançados. O Conselheiro André Arcas também parabenizou a Diretora pela taxa obtida nas operações, destacando o desempenho positivo. A Sra. Francislene destacou que os estudos de fluxo indicavam possibilidade de aquisição de vencimentos mais longos, porém optou-se por prazos intermediários em função da melhor rentabilidade observada à época. Ao final, a Diretora agradeceu e os Conselheiros reiteraram os cumprimentos pelo trabalho realizado. Seguindo para o item 3 da pauta, passou a palavra ao Auditor Interno, Sr. Wânnius, que apresentou o relatório referente à auditoria conduzida sobre o processo de planejamento de investimentos, cujo escopo contemplou as etapas de elaboração da política de investimentos, seleção e acompanhamento de gestores e aspectos correlatos de governança. Em sua exposição, destacou que o processo de investimentos da Prevcom é estruturado e robusto, observando as boas práticas de conformidade, rastreabilidade e prudência, tendo sido identificadas apenas oportunidades de aprimoramento, notadamente quanto ao registro formal de justificativas e à documentação complementar no SEI, de modo a facilitar a rastreabilidade das decisões e a caracterização do ato regular de gestão. Ressaltou que não foram constatadas não conformidades ou descumprimentos de normativos internos, tratando-se de recomendações voltadas exclusivamente ao aperfeiçoamento dos controles e à ampliação da segurança documental, com ênfase na importância da impessoalidade, da segregação de funções e da ampliação dos fóruns técnicos de decisão. O relatório reconheceu avanços significativos, inclusive o selo de autorregulação concedido pela Abrapp, reforçando a solidez do modelo adotado. Reforçou-se, contudo, a necessidade de aperfeiçoar a formalização documental e técnica das decisões, de modo a evidenciar de forma perene as justificativas que

embasaram cada deliberação, fortalecendo a rastreabilidade e a transparência do processo decisório. Observou-se uma evolução normativa expressiva de 2023 para 2024, especialmente na formalização e padronização dos registros. Identificou-se, entretanto, ausência de registro formal da aprovação da política de investimentos do PGA nas atas do Conselho Deliberativo de 2024 e 2025, embora os documentos tenham sido elaborados e executados conforme as normas. No tocante à seleção de gestores, constatou-se que os processos são bem estruturados e acompanhados por consultoria específica e pela Diretoria, indicando um possível não detalhamento do racional da escolha do fundo. O Sr. Paulo, questionou se a seleção se referia aos gestores dos fundos ou à escolha dos próprios fundos. Foi explicado que ambos os processos seguem, de forma geral, a mesma sequência de etapas dentro do processo de investimento, com procedimentos equivalentes em termos de análise e decisão. Esclareceu-se ainda que, conforme os procedimentos vigentes, apenas os fundos que recebem recursos superiores a 5% dos recursos garantidores são submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo, enquanto os demais permanecem sob a competência da Diretoria Executiva. A Diretora de Investimentos, Sra. Francislene, ponderou que todas as análises e justificativas referentes às decisões de investimento encontram-se devidamente formalizadas pela Diretoria de Investimentos, fundamentadas em demandas internas e em observância às normas e políticas vigentes, e não em recomendações externas das consultorias, que estas prestam apoio, sendo a Diretoria de Investimentos quem solicita as análises, em que, após a apresentação do fundo e a constatação de desempenho satisfatório, é demandada à consultoria uma análise comparativa. Esclareceu, que o prazo concedido para manifestação da área técnica foi um pouco reduzido, o que dificultou a apresentação tempestiva de informações complementares. Acrescentou que a Diretoria de Investimentos tem promovido avanços significativos em seus processos, em especial após a adesão às práticas de autorregulação e à obtenção do selo de Governança de Investimentos da Abrapp. O Presidente abriu a palavra aos demais conselheiros. O Conselheiro Leonardo José Mattos Sultani, ressaltou a necessidade de observância de um procedimento formal e exaustivo de comunicação prévia com a área auditada, de forma a assegurar que todas as informações, documentos e justificativas sejam devidamente analisados antes da emissão do relatório conclusivo. Reforçou, ainda, a importância de distinguir de maneira clara os apontamentos de natureza documental daqueles que representem eventual desconformidade normativa, de modo a preservar a fidedignidade técnica e o equilíbrio das conclusões apresentadas. Em resposta, o Auditor Interno esclareceu que as recomendações constantes do relatório possuem caráter de aperfeiçoamento e visam fortalecer os controles internos e a rastreabilidade dos processos decisórios, reafirmando que não foram identificadas irregularidades ou desconformidades com os normativos internos e externos aplicáveis. O Conselheiro André Arcas de Souza observou que o trabalho de auditoria poderia ter maior interação técnica para validação final do relatório, para refletir integralmente a realidade operacional e o nível de maturidade dos processos de investimentos. O Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Paulo, destacou a relevância do trabalho apresentado, mas ponderou que o relatório deve ser revisto e reapresentado de forma mais objetiva e conciliada, priorizando os aspectos efetivamente relevantes, como a natureza e a materialidade dos apontamentos, bem como a diferenciação entre eventuais falhas formais e eventuais deficiências de execução. Sugeriu, por fim, que a Auditoria Interna e a Diretoria de Investimentos realizem revisão conjunta do material, promovendo a adequação dos pontos levantados e a consolidação de uma versão final aprimorada, a ser submetida novamente à apreciação deste Conselho Fiscal. Dando continuidade aos itens da pauta, especificamente em relação ao item 4 - Monitoramento das Obrigações Legais, o Presidente passou a palavra à Sra. Renata que informou que, no momento, não há atrasos no cumprimento das obrigações legais da Fundação, ressaltando que todas se encontram devidamente adimplidas. Comunicou, ainda, que está em desenvolvimento uma ferramenta interna para o monitoramento dessas obrigações, cujo primeiro módulo já se encontra concluído, possibilitando o início da inserção das informações necessárias para automatizar o acompanhamento dos prazos e exigências legais. Na sequência, apresentou o andamento da elaboração do Relatório de Controles Internos - 1º Semestre de 2025, destacando sua importância para o trabalho do Conselho Fiscal. Informou que as áreas

responsáveis estão em fase final de consolidação das informações e que a previsão é encaminhar o relatório aos conselheiros antes da reunião ordinária prevista para o mês de outubro. Por fim, a Sra. Renata comunicou que, a partir do mês de novembro, passará a apresentar os planos de gestão referentes ao ciclo de avaliação de riscos, esclarecendo que tais planos não serão apresentados pela Auditoria Interna, mas pela área de Gestão de Riscos, responsável pelo acompanhamento dessas ações. Destacou que, dessa forma, haverá dois recortes complementares sobre os planos de ação em curso, um sob a ótica da Auditoria Interna e outro sob a perspectiva da Gestão de Riscos, contribuindo para um monitoramento mais abrangente. O Presidente Paulo registrou a importância das informações sobre gestão de riscos e solicitou que, quando possível, o material seja disponibilizado previamente aos conselheiros, a fim de possibilitar análise prévia e tornar as discussões em reunião mais objetivas e produtivas. Nada mais havendo a acrescentar sobre o tema, a Sra. Renata agradeceu e encerrou sua participação, sendo elogiada pelo Presidente pela objetividade e clareza das informações apresentadas. Seguindo para os itens 5 e 6 da pauta, passou a palavra a Diretora Vanessa que informou a mudança na Gerência de Contabilidade, com equipe mantida e reforço previsto por nova contratação. A Diretora Administrativa aproveitou para destacar o avanço do plano de cargos, carreiras e salários, que inclui concurso público a ser homologado brevemente, e comentou que o projeto está em análise pela Secretaria de Gestão de Pessoas. O Presidente agradeceu os esclarecimentos e passou a palavra à Sra. Tatiana, para apresentar os resultados da Contabilidade referentes ao mês de julho, e destacou o comportamento do patrimônio social, que registrou aumento de 1,6% em relação ao mês de junho, totalizando R\$ 4,495 bilhões. No ativo, observou-se estabilidade em comparação a junho, sendo a carteira de investimentos composta por R\$ 4,482 bilhões, distribuídos entre títulos públicos, fundos de investimento e operações com participantes (empréstimos). No passivo, ressaltou-se o exigível operacional, que abrange obrigações com folha de benefícios, fornecedores e despesas administrativas, além do exigível contingencial, representado principalmente pelo valor de R\$ 120 mil relativo ao PIS/Cofins. O patrimônio social foi detalhado da seguinte forma: R\$ 970 milhões correspondem a benefícios concedidos; R\$ 4,256 bilhões, a benefícios a conceder; R\$ 48 milhões compõem o fundo previdencial; e R\$ 92 milhões, o fundo administrativo. O recurso garantidor totalizou R\$ 4,479 bilhões, obtido a partir do disponível acrescido dos investimentos, deduzidas as despesas a pagar. Apresentando a mutação patrimonial, informou que o mês de julho iniciou com patrimônio social de R\$ 4,428 bilhões, registrando adições de R\$ 88,5 milhões, oriundas de contribuições, portabilidades e resultados positivos das gestões previdencial e administrativa. As deduções somaram R\$ 210 milhões, correspondentes ao pagamento de benefícios, resgates, portabilidades, despesas administrativas e constituição da contingência relativa ao PIS/Cofins. O saldo final do patrimônio social foi de R\$ 4,495 bilhões, confirmando a variação positiva de 1,6% no período. Demonstrou, ainda, a evolução do patrimônio líquido consolidado, que passou de R\$ 3,964 bilhões em dezembro de 2024 para R\$ 4,495 bilhões em julho de 2025, representando crescimento de 13,39%. A mutação consolidada do patrimônio indicou receitas de R\$ 580 milhões, despesas de R\$ 210 milhões e rendimentos de R\$ 290 milhões. Na sequência, apresentou a evolução do fundo administrativo, que passou de R\$ 76 milhões em dezembro de 2024 para R\$ 92 milhões em julho de 2025, variação de 20,81%. O fundo é composto por R\$ 40 milhões de custeio administrativo, R\$ 20 milhões em despesas, R\$ 1,2 milhão em rendimentos e R\$ 277 mil em dispêndios adicionais, relativos, principalmente, ao PIS/Cofins. Quanto à rentabilidade dos planos, informou os resultados obtidos em julho. Já em relação às informações sobre a execução orçamentária acumulada até julho, comparou os valores orçados e realizados. Destacou que as receitas realizadas somaram R\$ 29 milhões, provenientes da taxa de administração e pró-labore. As despesas realizadas totalizaram R\$ 19 milhões, ligeiramente abaixo do orçado de R\$ 24 milhões, principalmente em razão do atraso na efetivação de contratações previstas para o início do exercício. No detalhamento das despesas, destacou-se: pessoal e encargos, com R\$ 11 milhões realizados de R\$ 13 milhões orçados; treinamentos, R\$ 98 mil realizados de R\$ 190 mil orçados; viagens e estadias, R\$ 224 mil realizados de R\$ 316 mil orçados; serviços de terceiros, R\$ 4 milhões realizados de R\$ 8

milhões orçados; e despesas gerais, R\$ 1,8 milhão realizados de R\$ 1 milhão orçados. Esclareceu que as despesas atuariais e de comunicação superaram o valor orçado em virtude de faturamentos referentes ao exercício anterior, reconhecidos apenas em 2025. Em seguida, apresentou os indicadores de gestão previstos na Resolução CNPC nº 62, detalhando o acompanhamento dos índices orçados e projetados. Concluída a exposição, o Presidente Paulo agradeceu a apresentação, parabenizando a Sra. Tatiana pela clareza e segurança nas informações, observando que sua exposição foi precisa e bem estruturada. A Diretora Vanessa também elogiou a apresentação, destacando a importância de sua atuação nesse início de ciclo de reuniões. Em seguida, o Presidente colocou o tema em discussão, não havendo manifestações adicionais dos conselheiros. Encerrada a apresentação, o Presidente agradeceu a exposição e abriu espaço para manifestações dos conselheiros, não havendo questionamentos adicionais, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Eu, Camila Daniela Tardeli Cardoso, Secretária, lavrei e subscrevi esta ata que depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros Titulares presentes.

Paulo Rafael Minetto Maceta
Presidente do Conselho

André Arcas de Souza
Conselheiro

José Roberto de Moraes
Conselheiro

Leonardo José Mattos Sultani
Conselheiro

São Paulo, na data da assinatura digital.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Daniela Tardeli Cardoso, Assistente Técnico Previdência Complementar IV**, em 31/10/2025, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Jose Mattos Sultani, Secretário Executivo**, em 31/10/2025, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rafael Minetto Maceta, Membro**, em 04/11/2025, às 21:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Arcas de Souza, Membro**, em 05/11/2025, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Roberto De Moraes, Membro**, em 05/11/2025, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0087424784 e o código CRC 3D177A6B.